

## **Rastros, ruínas e fabulação: notas metodológicas sobre imagens do adoecimento no acervo da Fiocruz<sup>1</sup>**

Marcela BARBOSA LINS<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais, MG

### **RESUMO**

Na presente proposta, apresento algumas notas metodológicas de uma pesquisa realizada no acervo iconográfico da Fiocruz, em busca de imagens de duas epidemias brasileiras: a febre amarela e a influenza de 1918. Esse recorte é parte de uma pesquisa doutoral, interessada em investigar os enquadramentos morais das visualidades epidêmicas que se deixam entrever ao largo dos séculos XIX e XX. Aqui, descrevermos o processo de incursão arquivística, as descobertas empreendidas no processo e as formas de manejo de um extenso quantitativo de imagens. Como aporte teórico, foram fundamentais as noções de rastro e ruína em Walter Benjamin e a fabulação crítica em Saidiya Hartman.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rastro; arquivos; epidemias; fotografia; biopolítica

### **INTRODUÇÃO**

Em uma exegese da noção benjaminiana de rastro, Jaime Ginzburg o define como “cifra de uma trajetória que o ultrapassa” (SEDLMAYER; GINZBURG, 2012). O rastro mantém uma relação mais ou menos precária com seu referente. Trata-se de algo distante (topográfica ou temporalmente) que remete a uma complexidade paradoxal: é a presença de uma ausência e a ausência de uma presença (BENJAMIN, 2007). É uma forma fugidia de contato com o passado e existe somente em função de sua fragilidade: é índice da manutenção e do apagamento do curso histórico, como defende Jeanne Marie Gagnebin (2014). O seu caráter aberto, contudo, não deve ser lido como demérito. A potência da indeterminação e o olhar atento ao que foi perdido podem se articular com a percepção daquilo que poderia ser e daquilo que é preciso construir. Em outros termos, o rastro também pode apontar para outros possíveis; e esse é um exercício daquele que o maneja.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Fotografia, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marcela.lins@gmail.com.

---

Existe uma correlação interessante entre a noção benjaminiana – que, de certa forma, se situa entre conceito, alegoria, imagem e proposição (GINZBURG, 2012) – e o paradigma indiciário que nos fala Carlo Ginzburg. Para o pensador italiano, o ofício do historiador implica em unir pistas fragmentárias e indícios decisivos para a compreensão do tempo passado. Ao articular o desarticulado, o historiador narra e produz significado. Tal como um detetive, o historiador produz um argumento capaz de sustentar uma ação prática. O postulado benjaminiano, por sua vez, se relaciona com o paradigma de Ginzburg não por aproximação mas por afastamento. As lacunas, os fragmentos, os rastros servem dessa vez não para o estabelecimento de explicações e causalidades. O rastro implica em um gesto de reconstrução constante, aberto, indeterminado.

Durante algum tempo, entendi meu processo de pesquisa como o trabalho de detetive. Diante de múltiplos vestígios, perguntei-me se meu exercício seria o de estabelecer uma relação de causalidade entre aquilo que encontrava. Demorei um tempo para aceitar a rebeldia de meu objeto e de aceitar a fratura não como “ruído”, mas como abertura. Esse texto, portanto, é resultado de reflexões e algumas mudanças de perspectivas gestadas após derivas no acervo iconográfico da Casa de Oswaldo Cruz, quando realizei a primeira incursão presencial na instituição, em sua sede no Rio de Janeiro. O meu objeto: as imagens da febre amarela e da influenza de 1918, compreendidas como vestígios de evento epi/pandêmicos que abalaram o curso histórico. Em termos mais precisos, meu processo de pesquisa refere-se à investigação dos enquadramentos morais em torno do adoecimento nos séculos XIX e XX, algo vislumbrado a partir das visualidades epidêmicas. Refiro-me a visualidades pois me ocupo justamente do visível; e entendo que as imagens vão além do campo do visível e dizem respeito a formas de narrar (DIDI-HUBERMAN, 2019).

A febre amarela é uma epidemia que chega em grande amplitude ao Brasil no verão de 1849 para 1850. Nessa primeira grande manifestação, o patógeno fez adoecer certa de 1/3 da capital do Império e espalhou-se por diversas cidades litorâneas do país (REGO, 2020); e seguiu sendo um dos grandes problemas de saúde pública no país até meados do século XX (MACHADO, 1978). Durante seu primado, a paisagem urbana se transforma em função do combate à doença – transformações na topografia urbana,

---

isolamentos de residências e desinfecções foram alguns dos recursos empregados à época pelos órgãos então dedicados à gestão da saúde das cidades e das populações<sup>3</sup>.

A influenza de 1918, por sua vez, foi o evento epidêmico que mais matou em um dado período temporal – em cinco meses de epidemia, no mundo, morreu-se mais que durante os quatro anos da Primeira Guerra Mundial (KOLATA, 2001). No Brasil, a doença aparece no mês de setembro de 1918, durante sua segunda onda, momento em que se percebeu um importante aumento da gravidade nas infecções respiratórias. Houve uma explosão de adoentados em busca de atendimento hospitalar, com enfermarias lotadas e crescentes buscas por atendimentos ambulatoriais. A insuficiente estrutura médico-sanitária culminou na aparição de uma miríade de práticas de caridade e filantropia, vislumbrados no amplo movimento de voluntariado protagonizado por associações leigas e religiosas, clubes esportivos e sociais, grupos profissionais, estudantes e cidadãos comuns (SILVEIRA, 2008).

E o que significa articular eventos tão singulares? Ao relacioná-los não busco vislumbrar o que existe “de passado no presente”. Em seu lugar, nos atentamos às manutenções, mas principalmente às fraturas que se deixam entrever no curso histórico quando depreendemos um olhar de larga temporalidade. Não se trata, dessa forma, de pensar uma equivalência entre os acontecimentos, mas de observá-los em suas singularidades. Em outros termos, acredito que o exercício prático de aproximar imagens heterogêneas nas quais toda uma população está sob a ameaça da morte pode nos ajudar a conhecer os termos, as convenções e as normas gerais que atuam na produção de enquadramentos que definem regimes de visibilidade e de inteligibilidade capazes de moldar um indivíduo em um sujeito reconhecível – e o olhar a eventos distintos nos auxilia da compreensão das manutenções e das fraturas do curso histórico.

A partir dessa abordagem, as fotografias são meu objeto privilegiado – compreendidas como rastros, como centelhas fugidias que me apresentam índices do passado, como uma cifra, nos termos de Jaime Ginzburg, capaz de produzir alguma significação em um universo fugaz. Trata-se, assim, de um processo de pesquisa ancorado em uma perspectiva benjaminiana de uma história elaborada a partir das brechas e dos

---

<sup>3</sup> É importante ressaltar que, à época, inexistia um órgão da administração imperial dedicado estritamente à saúde das populações. É o instante em que o Ministério do Império assume esse comando, para tal, solicita apoio à Academia Imperial de Medicina, que elabora um plano de combate à epidemia. O documento, intitulado “Providências para prevenir e atalhar o progresso de febre amarela, mandadas executar pelo Ministério por aviso desta data”, é centrado no controle sobre os indivíduos e a vida na cidade.

---

intervalos, cuja finalidade não é a elaboração de uma histórica única totalizante. Em seu lugar, se trata de investigar os enquadramentos morais, compreendendo-os como quadros epistemológicos que atuam no reconhecimento das vidas, mas compreendendo-os não em uma perspectiva acachapante. Nossa investigação das imagens e seus enquadramentos é aberta à indeterminação – algo que reside tanto nas imagens *per se*, quanto no olhar daquele que maneja esses fragmentos.

Esse exercício é ainda ancorado pela fabulação crítica, um procedimento fabulativo especulativo desenvolvido e apresentado por Saidiya Hartman (2021, 2022) em *Perder a mãe e Vidas rebeldes, belos experimentos*. Por meio de um exercício de reinscrição história, a autora parte de arquivos do tráfico transatlântico e das comunidades do cinturão negro em Nova York e na Filadelfia, nos Estados Unidos, para fabular outramente vidas que outrora foram enquadradas sob a chave do silenciamento e da desumanização. A partir desse exercício, Saidiya transfigura esquemas de legibilidade hierárquicas, normalizados em torno de populações que já são alvo recorrente de uma miríade de opressões. A fabulação é um procedimento que inspira a pesquisa aqui apresentada – vale ressaltar que não cabe ao presente exercício analítico reelaborar em termos narrativos aquilo que ocorreu, quando referimo-nos a fotografias de populações adoecidas ou em condição de acentuação de suas vulnerabilidades; em seu lugar, apresentamos um quadro pretensamente violento e questionamo-nos se há maneiras de transfigurar os quadros de legibilidade histórica incidentes sobre essas populações a partir do olhar e elaboração daquele que pesquisa.

Para tal, também me ancoro no olhar de Judith Butler (2019) acerca da vulnerabilidade. Para a autora, a vulnerabilidade não possui somente uma dimensão ontológica, na medida em que somos todos vulneráveis, mas também é sustentada por uma dimensão relacional e situacional, de modo que pode ser constantemente redefinida. Ser vulnerável, nos termos de Butler, implica um modo relacional de estar no mundo, que se constitui entre nossa capacidade de ser afetado pelos acontecimentos, mas também por nossa capacidade de agência. Ser vulnerável, nesse sentido, não implica em uma identidade estanque ou em uma condição de passibilidade.

## PROSPECÇÃO E DERIVA NOS FUNDOS DA FIOCRUZ

O processo nos arquivos teve início com pesquisas feitas em repositórios digitais. A Hemeroteca Digital, a Brasileira Fotográfica e a Base Arch foram importantes meios onde iniciei minha busca pelos fragmentos desejados. A Base Arch é o repositório digital da Casa de Oswaldo Cruz, uma instituição nacional de pesquisa vinculada ao Ministério da Saúde. Com sede no Rio de Janeiro, a instituição foi criada em 1900 pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz e tem sido uma importante referência em pesquisas na área de saúde pública. O Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz reúne 120 fundos e coleções da instituição – que comporta documentos institucionais e pessoais de natureza textual, iconográfica, cartográfica, sonora, audiovisual, micrográfica e digital, que abrange o período de 1756 até dias atuais.

Iniciei, assim, a pesquisa no seu repositório digital, a Base Arch. Quando realizei uma busca por palavras-chave, a plataforma me forneceu 514 resultados para febre amarela, dos quais 112 são referentes ao objeto digital tipo imagem e 32 resultados para gripe espanhola, dos quais 16 são referentes a fotografias, referentes a 13 fundos e três coleções, que abrangem os primeiros anos do século XX até sua segunda metade. De modo geral, são fotografias referentes às ações dos Serviços de Profilaxia, retratos de médicos, de hospitais, cartografias, correspondências, diários de campo médico, imagens da produção da vacina e numerosas fotografias da Exposição do Serviço Nacional de Febre Amarela, realizada em 1934 na IX Conferência Sanitária Pan-americana.

A busca pelo indexador “gripe espanhola”, por sua vez, nos levou a 16 resultados, referentes a quatro fundos, com objetos digitais do tipo imagem. São imagens majoritariamente referentes às ações da equipe de Arthur Moncorvo Filho, médico pediatra envolvido em ações de “caridade científica” (FREIRE; LEONY, 2011). A relativa baixa profusão de imagens na Base Arch não significa, a priori, uma inexistência dos registros iconográficos sobre as doenças. Significa sobretudo as limitações de uma pesquisa realizada via indexação. As formas como uma epidemia se apresentam comunicacionalmente não devem ser subsumidas à pesquisa via palavras-chave. Do contrário, torna-se uma pesquisa sobre as formas como os arquivistas leem e categorizam as imagens de seus acervos. Desse modo, busquei superar essa dificuldade enfrentando o acervo físico.

A pesquisa no acervo físico teve início no mês de junho de 2023, quando visitei a sede da instituição no Rio de Janeiro, no bairro de Manguinhos. Durante duas semanas, estive em busca dos rastros das epidemias por mim estudadas. Diferentemente da pesquisa realizada no repositório digital, onde realizei buscas via palavras-chave, dessa vez decidi me atentar à investigação de imagens em função de sua data e local. Esse procedimento me permitiria aberturas, de modo a poder vislumbrar imagens referentes aos eventos que, de algum modo, tivesse escapado do escrutínio catalográfico dos arquivistas.

De modo geral, os rastros apresentados pela Fundação Oswaldo Cruz nos falam de um tempo histórico de emergência e força do movimento sanitarista brasileiro (HOCHMAN, 1998). Em geral, trata-se de imagens de intervenções médico-sanitárias no espaço urbano, incursões nas periferias e no campo, fotografias médicas e paisagens. Como a busca não se deu por indexador, mas por período histórico, encontrei principalmente uma espécie de tipificação de um Brasil rural, “carente” de intervenções. No total, selecionei 233 fotografias, pertencentes aos fundos Belisário Penna, Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Rockefeller e Arthur Moncorvo Filho.

Não há, em muitas das fotografias, um índice que aponte para a excepcionalidade dos eventos aqui referidos, principalmente quando nos referimos às imagens da influenza de 1918. O conjunto de imagens da coleção Moncorvo Filho, por exemplo, facilmente se confunde com outras imagens da clínica hospitalar, com um protagonismo centrado na equipe médica e suas posturas posadas.



*Figura 1: Moncorvo Filho consultando um bebê durante surto de gripe espanhola. Figura 2: Os médicos Moncorvo Filho e Orlando de Góes atendendo pacientes no surto de gripe espanhola de 1918. Fundo Arthur Moncorvo Filho. Fiocruz.*

Por sua vez, nas imagens da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna e das incursões promovidas pela Fundação Rockefeller, a fotografia se apresenta em seu caráter expropriatório, onde o sujeito adoecido é tipificado e paisagens são classificadas em função de uma pretensa periculosidade: morros, florestas, sítios e mocambos são

enquadrados sob a chave da ameaça. Apesar de serem imagens que datam de meados do século XX, tal perspectiva é consonante com o paradigma segundo o qual o espaço exerce um fator preponderante no processo de adoecimento das populações, vigente no higienismo da virada do século. Segundo Benchimol, o calor e a umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas facilitavam a veiculação de “pestíferos gases que veiculavam os agentes causadores das doenças e da morte” (BENCHIMOL, 1992, p. 116). Os morros também seriam responsabilizados, uma vez que impediam a circulação dos ventos, de modo que o aterro dos pântanos seria uma medida preventiva ao adoecimento, a título de exemplo.



*Figura 3: Fazenda Sta Terezinha, case of yellow fever 1942. Município de Ilheus, estado da Baía. Figura 4: Palhoça à rua 1º de Janeiro, Pontal (Ilheus), onde residia a menor Cleonice, cuja amostra de fígado foi tira por algum tempo como suspeita para F.A. Fundo Rockefeller. Fiocruz.*

De modo geral, as imagens foram classificadas por códigos<sup>4</sup>, a partir dos quais identifiquei a prevalência de imagens dos anos 1930 (60), seguida por 1910 (51), 1940 (25) e 1900 (7) – de modo que não encontrei, por ora, nesse acervo registros visuais que se referissem ao surto epidêmico de febre amarela de 1849 – em função, certamente, do desenvolvimento da tecnologia fotográfica à época. No entanto, encontrei alguns registros dos primeiros anos do século XX referentes às ações de higiene pública nos estados do Pará e Rio de Janeiro. As ações de higiene pública são as que mais figuram em quantitativo, com 86 imagens referentes a intervenções em residências, imagens de

<sup>4</sup> O Atlas.ti é o software de análise de pesquisa qualitativa, a partir do qual estabelecemos códigos para categorizar documentos. No uso para a presente pesquisa, o utilizei para codificar o extenso conjunto de imagens coletadas nos acervos pesquisados, de modo a melhor perceber as recorrências e variações do conjunto coletado. No entanto, é fundamental ressaltar que esse recurso só funcionou como uma primeira chave analítica. Esse olhar global habilitado pelo software foi o ponto de partida para uma pesquisa detida precisamente nas fotografias e nas relações que consigo estabelecer entre elas a partir do método da montagem.

instituições vinculadas ao combate ao patógeno, das incursões da Fundação Rockefeller via Serviço de Febre Amarela (SFA) ou retratos da comissão do SFA.



*Figura 4: Febre Amarela. Óbidos, 1910. Fundo Belisário Penna. Fiocruz. Figura 5: Fotografia tirada na Fazenda Umburana referente ao relatório epidemiológico de Maria de Jesus, caso positivo de FA em 5 de Janeiro – Itauna (Fazenda Umburana), 1936. Fundo Rockefeller. Fiocruz.*

Em termos gerais, as fotografias arquivadas no acervo da Fiocruz nos apontam para um discurso que habilita a identidade do adoecimento às populações de um “Brasil profundo”, cuja condição é passível de superação mediante a ciência. Conforme nos lembra Lília Schwarcz (2021), na virada do século XIX e XX, há uma recorrência de um tipo de representação segundo a qual a sociedade seria entendida como “corpo doente”, cabendo ao médico a responsabilidade de “saná-la de seus males”. Trata-se, afirma, de uma transição de uma perspectiva de cuidados alinhada ao cuidado dos indivíduos para uma perspectiva centrada na “coletividade” de uma nação enfraquecida, carente de intervenção. Há, portanto, a prevalência de uma legibilidade vinculada aos dispositivos médicos, que acionam uma determinada forma de ler situações, corpos, gestualidades.

Lembremos, com Butler (2019), que existem formas de apreensão sensível que tomam certos corpos e certas vidas ilegíveis, irreconhecidas como vidas icônicas, dignas de serem vividas; em oposição a quadros que valorizam uma “humanidade” acordada a certos sujeitos e grupos. Em outros termos, existem enquadramentos epistemológicos que valoram de modo desigual as vidas, e esse processo é situado normativamente. Em acordo com o pensamento de Butler, Ângela Marques (2018) argumenta que existe um quadro que associa a condição vulnerável à pobreza, à violência, a desastres e mortes brutais que denota um espectro de condições negativas que desabilitam o outro e suas capacidades de agência. Em seus termos:

---

A frequente oposição entre vulnerável e invulnerável produz hierarquias sociais e de gênero bem rígidas que acompanham identidades sociais fixas e ancoradas em normas jurídicas. Tentativas de disciplinar e controlar aqueles apontados como vulneráveis são colocadas em prática [...] culminando na culpabilização individual e isolada, e na produção de vítimas (MARQUES, 2018, p. 14).

Desse modo, parece-nos que o enquadramento biopolítico é acompanhado de um quadro em que as vulnerabilidade do sujeito adoecido implicam não só em sua regulação, mas também em sua estigmatização e no estabelecimento de uma identidade socialmente imposta. A partir do encontro com as imagens de uma iconografia da doença, parece que há a prevalência de um sujeito alvo das políticas públicas de saúde em função de um quadro normativo estabelecido. Lembremos, com Keith Wailoo (2020), que a medicina historicamente categoriza tipos definidos de corpos e de espacialidades e, a partir disso, designa a certas populações medidas de prevenção e proteção. Algo consonante com o pensamento de Butler acerca das normas do humano e das formas de vida:

As normas do humano são formadas por modos de poder que buscam normalizar determinadas versões do humano em detrimento de outras, fazendo distinções entre humanos ou expandindo o campo do não humano conforme a sua vontade” (BUTLER, 2018, p. 44).

Essa rápida observação se completa com um outro ponto, que nos parece fundamental à compreensão da arquivística médica no país que é a forma de organização e aparição das imagens. Existe uma organização dos fundos que deriva dos nomes dos médicos que encamparam as campanhas, de modo que há um primado, uma força de fazer aparecer protagonizado por esses sujeitos. Em outros termos, mesmo mortos, os médicos e sanitaristas detém uma espécie de agência, que determina a força de aparição do adoecimento e daqueles que padeceram.

## CONCLUSÕES PARCIAIS

Em *O Sabor do Arquivo*, Arlette Farge aponta para um comprometimento ético do pesquisador com as vidas com as quais maneja, quando em contato com os arquivos. Segundo a autora,

Não se ressuscitam vidas encalhadas em um arquivo. Isso não é motivo para deixá-las morrer ua segunda vez. O espaço é estrito para elaborar ua narraitva que não as anule nem as dissolva, que as mantenha disponíveis para que um dia, e em outro lugar, um outro relato seja feito de sua enigmática presença (FARGE, 2009, p. 117)

Essa leitura parece consonante com o apresentado sobre a compreensão dos arquivos como rastros, *i.e.*, como índices que remetem ao passado, mas que dão vazão à especulação e à abertura como quadro interpretativo. Sustento-me em Farge, junto a Hartman e Benjamin para pensar nas imagens das epidemias não só como ilustrações da questão da higiene e saúde pública no Brasil, mas como índices que remetem a existências que não pediram para serem contadas dessa forma.

Assim, a despeito de um exercício de buscar compreender os modos de ser dos fundos em questão – suas racionalidades e bases que os sustentam; acredito também que manejar um corpus tão extenso, que aponta para lugares e formas de vida, pergunto-me se é possível reenquadrar essas existências a partir de um olhar que não reitere o silenciamento ou as identidades provocadas pelas instituições. Com Hartman, aprendemos que existe uma forma de enquadrar populações negras nos Estados Unidos de modo a “ilustrar” problemas de saúde pública. No caso das imagens aqui apreendidas, nos parece evidente que o papel das imagens é ilustrar questões de saúde pública. Com essa inferência, não defendo uma recusa das práticas do higienismo e das ciências médicas – de modo algum. A biopolítica das populações, a gestão de um cuidado coletivo implica, de fato, na valoração das vidas biológicas de suas populações. Não se trata de uma negação da regulação, mas da perspectiva de esse processo, por vezes, culmina em processos de desfiguração e apagamento do outro.

Assim, se as imagens são rastros incompletos, imprecisos, defendo que a despeito de as fotografias fazerem figurar corpos que padecem, contidos, adoecidos, a aparição dos corpos também pode trazer de volta o lampejo que foi apagado pelo silenciamento da desfiguração e da voz do rosto, mostrando a luta pela sobrevivência diante do dispositivo de morte. Dessa forma, apesar de apontarmos para sobredeterminações históricas, defendemos que o pesquisador dos arquivos relaciona fragmentos para possivelmente interromper um modo dominante de legibilidade – um exercício realizado por meio do gesto fabulativo especulativo. Com esse olhar, acredito que as imagens podem apontar para a potência de aparição de corpos figurantes. Aparições que não obliteram as violências ao declarar as vulnerabilidades, mas que também produzem uma exposição sensível das vidas, suas falhas, intervalos e brechas, onde são cultivadas sobrevivências e emancipações possíveis.

---

## BIBLIOGRAFIA

- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. 1ª edição ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BUTLER, J. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**. São Paulo: Autêntica Business, 2019.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as Imagens Tomam Posição: o Olho da História, I**. 1ª edição ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FREIRE, M. M. DE L.; LEONY, V. DA S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, p. 199–225, dez. 2011.
- GAGNEBIN, J. M. **Limiar, aura e rememoração: Ensaio Sobre Walter Benjamin**. 1ª edição ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- HARTMAN, S. **Perder a mãe: Uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. 1ª edição ed. [s.l.] Bazar do Tempo, 2021.
- HARTMAN, S. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias Íntimas De Meninas Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras E Queers Radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.
- HOCHMAN, G. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- KOLATA, G. **Flu: The story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it**. New York: Touchstone Books, 2001.
- MACHADO, R. **Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- REGO, J. P. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850**. Rio de Janeiro: Chão, 2020.
- SEDLMAYER, S.; GINZBURG, J. **Walter Benjamin. Rastro, Aura e História**. 1ª edição ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- SILVEIRA, A. J. T. **A influenza espanhola e a cidade planejada: Belo Horizonte, 1918**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2008.
- WAILOO, K. Spectacles of Difference: The Racial Scripting of Epidemic Disparities. **Bulletin of the History of Medicine**, v. 94, n. 4, p. 602–625, 2020.

